

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2021.00000759-3

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu Promotor de Justiça, Tiago Davi Schmitt, titular da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Timbó, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e o **MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, por seu prefeito, Hartwig Persuhn, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00000759-3 e autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, CR);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, "caput", CF/88);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais e judiciais cabíveis, além de fiscalizar a correta aplicação da legislação, conforme dispõem o art. 127, "caput", e o art. 129, inciso III, ambos da CF/88;

CONSIDERANDO que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público" (art. 23, inciso I, CF/88);

CONSIDERANDO que é de competência exclusiva do Prefeito Municipal a iniciativa das leis que tratem da criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções na administração direta e indireta, no Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que *"a regra é o concurso público, e as duas exceções são para os cargos em comissão referidos e as contratações de pessoal, mas estas estão subordinadas simultaneamente às seguintes condições: a) deve existir previsão em lei dos casos possíveis; b) devem ter tempo determinado; c) deve atender necessidade temporária; d) a necessidade temporária deve ser de interesse público; e e) o interesse público deve ser excepcional"* (STF: ADI-MC 890, Rel. Min. Paulo Brossard, DJU de 1º/2/94);

CONSIDERANDO que a investidura em cargo ou emprego público depende da aprovação prévia em concurso público, reservando a possibilidade de contratação de servidores temporários e serviços terceirizados para casos específicos e extraordinários (art. 37, IX e XXI, CR);

CONSIDERANDO, ainda, que o cargo em comissão, também chamado de "cargo de confiança", é estabelecido por meio de vínculo de fidúcia entre a autoridade nomeante e o nomeado, sem estabilidade;

CONSIDERANDO que, por constituir hipótese que excepciona o concurso público e estar sujeito ao juízo de conveniência e oportunidade da autoridade nomeante, o constituinte definiu, de maneira restritiva, as atribuições dos cargos em comissão, que são sempre atreladas à chefia, à direção e ao assessoramento;

CONSIDERANDO que as atribuições de chefia, direção e assessoramento são verificadas a partir do seu conteúdo, e não meramente pelo rótulo que o legislador lhe atribuiu;

CONSIDERANDO que a contratação de serviços pela Administração, sob o regime jurídico da Lei de Licitações, não pode ter por objeto a prestação contínua e permanente, pois estes devem ser desempenhados, em regra, por servidores efetivos, selecionados por concurso público, por cargos comissionados (nas hipóteses constitucionais) ou, excepcionalmente, por pessoal contratado nos termos de lei específica para atender a necessidade temporária de interesse público;

CONSIDERANDO que no Município de Doutor Pedrinho existe a Procuradoria-Geral (órgão) sem os correspondentes cargos efetivos, e que, desde a Emancipação do Município, adota-se a prática de "terceirizar" os serviços jurídicos e/ou, desde a LC n. 49/2006, também a delega-los a cargos de confiança;

CONSIDERANDO, por fim, a impossibilidade de alteração imediata desta opção administrativa, seja para evitar prejuízos aos munícipes, seja pelo tempo necessário até a criação de emprego público efetivo e o lançamento e finalização de concurso público para seu provimento;

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)** e, para sua efetividade, definem as seguintes cláusulas e respectivas sanções:

1. DO OBJETO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Este termo de ajustamento de condutas objetiva solucionar a problemática apurada no inquérito civil nº 06.2021.00000759-3, adequando a conduta do compromissário à Constituição Federal e às disposições

legais quanto às atividades / serviços técnico-jurídicos.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:

CLÁUSULA SEGUNDA – O COMPROMISSÁRIO obriga-se, no prazo de **3 (três) meses** a contar da assinatura, a encaminhar Projeto de Lei ao Poder Legislativo (Câmara Municipal) para criar / instituir o cargo efetivo de advogado ou procurador do município, em quantidade suficiente para atender suas necessidades, com provimento condicionado à aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos, para formar quadro permanente na Procuradoria Geral do Município;

CLÁUSULA TERCEIRA - Decorridos **90 (noventa) dias** da sanção e publicação da Lei aprovada pela Câmara Municipal, para os fins da cláusula segunda, obriga-se o COMPROMISSÁRIO a deflagrar concurso público, de provas ou de provas e títulos, destinado ao provimento do emprego público efetivo de advogado ou procurador do município;

Parágrafo primeiro. Os serviços jurídicos ordinários do Poder Executivo (execução de dívida ativa, apreciação de atos, processos, procedimentos e contratos administrativos, projetos de lei, defesa judicial e extrajudicial, dentre outros), que caracterizarem atividades típicas, permanentes e contínuas devem ser realizadas por servidores efetivos;

Parágrafo segundo. Faculta-se ao **COMPROMISSÁRIO** a criação e/ou manutenção de cargo comissionado na área jurídica, desde que para o desempenho das funções de direção, chefia e/ou assessoramento superior, aí incluído também o cargo de "Procurador Geral" do Poder Executivo destinado à chefia do respectivo setor jurídico, desde que haja tal necessidade.. Para tanto, contudo, deve adotar critérios técnicos e obedecer aos limites estabelecidos na Lei Complementar n. 101/00;

CLÁUSULA QUARTA - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a não mais permitir que servidor comissionado / profissional contratado represente judicialmente com exclusividade o Poder Executivo de Doutor Pedrinho, ressalvados os casos que exigem serviços profissionais de advogado com notória especialização, nos termos da lei;

CLÁUSULA QUINTA - O COMPROMISSÁRIO obriga-se a não terceirizar o exercício de funções inerentes a empregos públicos efetivos, sendo que apenas o exercício de atividades meio da administração, e/ou que exijam notoria especialização, poderá ser objeto de processo licitatório;

Parágrafo único. Fica ressalvada, porém, a terceirização destinada à continuidade do serviço público essencial quando o concurso público não apresentar candidatos inscritos ou classificados;

CLÁUSULA SEXTA – O COMPROMISSÁRIO obriga-se, no prazo de **30 dias** a contar do cumprimento de todas as cláusulas anteriores, a rescindir os contratos que conflitem com o ora pactuado;

Parágrafo único. Para que se garanta a continuidade do serviço público, faculta-se a prorrogação excepcional dos contratos precários, atualmente em vigor, até a conclusão do concurso público específico e a efetiva posse dos aprovados.

3. DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

CLÁUSULA SÉTIMA - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial contra o COMPROMISSÁRIO no que diz respeito aos itens acordados, desde que o ajustamento de condutas seja integralmente cumprido.

4. DA MULTA POR INADIMPLEMENTO:

CLÁUSULA OITAVA - Para o caso de descumprimento do presente acordo, o COMPROMISSÁRIO e seu representante legal estarão sujeitos, pessoal e solidariamente, ao pagamento de **multa diária de R\$ 100,00** por obrigação, cujo valor será revertido ao Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL sem prejuízo às obrigações de fazer acima estabelecidas.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Fica o COMPROMISSÁRIO, desde logo, cientificado de que este Inquérito Civil será arquivado e encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público para análise. As partes reconhecem, porém, a certeza e liquidez das obrigações assumidas no presente compromisso de ajustamento de conduta.

Por acharem justo e acertado, firmam o presente Termo de Compromisso em 2 (duas) vias, de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, surtindo seus jurídicos e legais efeitos desde a assinatura.

Timbó, 22 de março de 2022.

TIAGO DAVI SCHMITT
Promotor de Justiça
(assinatura eletrônica)

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

MARCOS GADOTTI
OAB/SC nº 9390

Testemunhas:



Ani Carolini da Silva
Assistente de Promotoria



Renata Pereira Vieira
Assistente de Promotoria